

AES Tietê Eólica S.A. e Controladas

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	1
Balancos Patrimoniais.....	4
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes .....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	8
Notas explicativas.....	9

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## **Aos Administradores e Acionistas da**

### **AES Tietê Eólica S.A.**

*São Paulo - SP*

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da AES Tietê Eólica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AES Tietê Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

#### **Outros assuntos**

## **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior**

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 17 de abril de 2020, sem qualquer modificação.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade

operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

**AES TIETÊ EÓLICA S.A. E CONTROLADAS**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	900	1.065	5.380	10.045	Fornecedores	12	196	355	7.214	4.935
Investimentos de curto prazo	4	79.191	43.049	300.878	141.737	Debêntures	13	39.908	36.288	39.908	36.288
Contas a receber de clientes	5	-	-	66.567	61.010	Tributos a pagar		18	33	3.594	3.635
Conta de ressarcimento	14	-	-	281	332	Dividendos a pagar		702	616	702	616
Estoques	6	-	-	7.250	10.466	Conta de ressarcimento	14	-	-	70.952	40.447
Tributos e contribuições sociais compensáveis	7	193	3.372	822	3.979	Provisão para custos socioambientais	16	-	-	372	426
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	594	Passivo de arrendamento	15	48	41	304	261
Dividendos a receber	10	873	9.429	-	-	Outras obrigações		-	108	1.548	8.350
Cauções e depósitos vinculados	8	-	7.513	-	7.513	<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>40.872</b>	<b>37.441</b>	<b>124.594</b>	<b>94.958</b>
Outros créditos		-	31	1.623	2.566						
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>81.157</b>	<b>64.459</b>	<b>382.801</b>	<b>238.242</b>						
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Conta de ressarcimento	14	-	-	3.351	3.677	Debêntures	13	96.003	129.855	96.003	129.855
Tributos e contribuições sociais compensáveis		3.620	-	3.620	-	Conta de ressarcimento	14	-	-	25.786	9.480
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	-	-	6.510	3.329	Provisão para custos socioambientais	16	-	-	461	6.587
Cauções e depósitos vinculados	8	57.127	55.971	57.167	55.990	Ações resgatáveis	17	31.689	31.689	31.689	31.689
Ações resgatáveis	17	459.249	529.281	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	854.409	-	854.409
Investimentos	10	1.070.327	979.270	-	-	Passivo de arrendamento	15	399	404	28.122	26.430
Imobilizado, líquido	11	416	434	1.383.153	1.439.593	Tributos e contribuições sociais diferidos	9	-	-	4.501	270
Intangível, líquido		279	-	1.532	1.690	Outras obrigações		-	-	23.766	13.226
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.591.018</b>	<b>1.564.956</b>	<b>1.455.333</b>	<b>1.504.279</b>	<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>128.091</b>	<b>1.016.357</b>	<b>210.328</b>	<b>1.071.946</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social subscrito e integralizado	18	1.348.868	494.459	1.348.868	494.459
						Reserva de capital		16.948	16.948	16.948	16.948
						Reserva de lucros		67.905	64.210	67.905	64.210
						Dividendos adicionais propostos		69.491	-	69.491	-
						<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.503.212</b>	<b>575.617</b>	<b>1.503.212</b>	<b>575.617</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.672.175</b>	<b>1.629.415</b>	<b>1.838.134</b>	<b>1.742.521</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.672.175</b>	<b>1.629.415</b>	<b>1.838.134</b>	<b>1.742.521</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**AES TIETÊ EÓLICA S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	19	-	-	265.121	271.676
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	-	-	(170.228)	(149.117)
<b>LUCRO BRUTO</b>		-	-	<b>94.893</b>	<b>122.559</b>
Gerais e administrativas		(1.755)	(3.329)	(117)	124
Outras despesas operacionais		(35)	(112)	(548)	(594)
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.790)</b>	<b>(3.441)</b>	<b>(665)</b>	<b>(470)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	10	91.930	113.906	-	-
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>90.140</b>	<b>110.465</b>	<b>94.228</b>	<b>122.089</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras		2.936	5.200	14.279	6.587
Despesas financeiras		(19.188)	(50.835)	(23.148)	(54.450)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	20	<b>(16.252)</b>	<b>(45.635)</b>	<b>(8.869)</b>	<b>(47.863)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>73.888</b>	<b>64.830</b>	<b>85.359</b>	<b>74.226</b>
Contribuição social		-	-	(3.857)	(3.111)
Imposto de renda		-	-	(7.134)	(6.516)
Contribuição social diferida		-	-	(168)	81
Imposto de renda diferido		-	-	(312)	150
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	21	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.471)</b>	<b>(9.396)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>73.888</b>	<b>64.830</b>	<b>73.888</b>	<b>64.830</b>

**AES TIETÊ EÓLICA S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.888	64.830	73.888	64.830
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>73.888</b>	<b>64.830</b>	<b>73.888</b>	<b>64.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**AES TIETÊ EÓLICA S.A. E CONTROLADAS**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros / Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva de investimentos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>626.152</b>	<b>16.948</b>	-	-	-	<b>(132.292)</b>	<b>510.808</b>
Aumento de capital		599	-	-	-	-	-	599
Redução de capital		(132.292)	-	-	-	-	132.292	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	64.830	64.830
Constituição de reserva legal		-	-	3.242	-	-	(3.242)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(620)	(620)
Constituição de reserva de investimento		-	-	-	60.968	-	(60.968)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>494.459</b>	<b>16.948</b>	<b>3.242</b>	<b>60.968</b>	-	-	<b>575.617</b>
Aumento de capital		854.409	-	-	-	-	-	854.409
Redução de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	73.888	73.888
Constituição de reserva legal		-	-	3.695	-	-	(3.695)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(702)	(702)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	69.491	(69.491)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>18</b>	<b>1.348.868</b>	<b>16.948</b>	<b>6.937</b>	<b>60.968</b>	<b>69.491</b>	-	<b>1.503.212</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**AES TIETÊ EÓLICA S.A. E CONTROLADAS**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	73.888	64.830	73.888	64.830
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	11 48	64	82.221	85.079
Juros e atualização monetária sobre debêntures	12 18.707	45.328	18.707	45.328
Juros sobre cauções e investimentos de curto prazo	(2.983)	(5.450)	(7.061)	(6.677)
Juros sobre passivo de arrendamento	15 54	25	3.102	2.256
Apropriação dos custos sobre debêntures	12 394	5.391	394	5.391
Impostos diferidos	-	-	1.050	(503)
Atualização (reversão) da provisão para custos socioambientais	-	-	224	(5)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	2.161	-
Resultado de equivalência patrimonial	10 (91.930)	(113.906)	-	-
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais</b>				
Contas a receber de clientes	-	-	(5.557)	(10.142)
Estoques	-	-	(1.242)	(831)
Tributos compensáveis	(343)	(1.243)	(208)	(66)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	594	(295)
Conta de ressarcimento a receber	-	-	377	(1.597)
Outros créditos	31	147	943	650
Fornecedores	(159)	(119)	2.279	(8.791)
Tributos a pagar	(15)	(11)	10.632	8.266
Conta de ressarcimento a pagar	-	-	46.811	3.611
Outras contas a pagar	(108)	104	(6.314)	8.331
Pagamento custos socioambientais	-	-	(6.404)	-
	<b>(2.416)</b>	<b>(4.840)</b>	<b>216.597</b>	<b>194.835</b>
Dividendos recebidos de controladas	9.429	53.055	-	-
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.673)	(8.952)
Pagamentos de juros sobre debêntures	12 (12.172)	(54.250)	(12.172)	(54.250)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	1.126	96	4.146	157
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo	(35.726)	(42.784)	(157.900)	(140.871)
<b>Caixa líquido gerado/(usado) nas atividades operacionais</b>	<b>(39.759)</b>	<b>(48.723)</b>	<b>39.998</b>	<b>(9.081)</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Cauções e depósitos vinculados	-	-	(19)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 (279)	-	(11.615)	(8.585)
Partes relacionadas - ações resgatáveis de controladas	70.032	62.032	-	-
Aumento de capital em controladas	-	(600)	-	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>69.753</b>	<b>61.432</b>	<b>(11.634)</b>	<b>(8.585)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Cauções e depósitos vinculados	7.700	42.348	7.774	70.395
Pagamentos de debêntures	12 (36.911)	(907.458)	(36.911)	(907.458)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	(82)	(78)	(3.026)	(2.846)
Partes relacionadas - Adiantamento para futuro aumento de capital	17 -	854.409	-	854.409
Custo de debêntures (custos de transação e prêmios)	12 (250)	(1.533)	(250)	(1.533)
Aumento de capital	-	599	-	599
Dividendos a pagar	(616)	-	(616)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(30.159)</b>	<b>(11.713)</b>	<b>(33.029)</b>	<b>13.566</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(165)</b>	<b>996</b>	<b>(4.665)</b>	<b>(4.100)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.065	69	10.045	14.145
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>900</b>	<b>1.065</b>	<b>5.380</b>	<b>10.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tietê Eólica S.A. (“Tietê Eólica” ou “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, foi constituída em 15 de setembro de 2009, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Nova Energia S.A. e indiretamente pela AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Atualmente, a Companhia participa de sociedades por ações de capital fechado, que tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, parte das controladas tem sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no âmbito do Leilão de Reserva - 2010 (“LER 2010”); outra parte tem sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 (“LEN 2011 (A-3)”). Estas controladas integram o Complexo Eólico Alto Sertão II conforme detalhado a seguir.

### Complexo Eólico Alto Sertão II

O Complexo Eólico Alto Sertão II, conforme apresentado, é composto pelas seguintes sociedades de propósito específico (“SPE’s”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
<b>Eólico</b>									
Ametista	LEN 02/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	LEN 02/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	10,4
Caetité	LEN 02/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	LEN 02/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	LEN 02/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	LEN 02/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	LEN 02/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	LEN 02/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	LER 05/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	LER 05/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,8	10,1
Morrão	LER 05/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	LER 05/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	LER 05/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
<b>Total</b>							<b>230</b>	<b>386,1</b>	<b>183,6</b>

### Comercialização de energia do Complexo Eólico Alto Sertão II

Em 26 de maio de 2011, as controladas indiretas Da Prata, Araçás, Morrão, Seraíma, Tanque e Ventos do Nordeste assinaram contrato de energia de reserva (CER) na modalidade quantidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 13 de agosto de 2012, as controladas indiretas Ametista, Borgo, Caetité, Dourados, Espigão, Maron, Pelourinho, Pilões e Serra do Espinhaço assinaram Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com diversas distribuidoras de energia, por meio do qual venderão a totalidade de sua produção de energia elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2016 com prazo final em abril de 2035.

A comercialização de energia no mercado regulado (ACR) está contratada conforme abaixo:

Companhia	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Da Prata	LER 05/2010	CCEE	87.261	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	LER 05/2010	CCEE	116.325	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	LER 05/2010	CCEE	128.772	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	LER 05/2010	CCEE	132.247	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	LER 05/2010	CCEE	114.427	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	LER 05/2010	CCEE	88.476	208,82	set/13	ago/33	IPCA	setembro
<b>Subtotal</b>			<b>667.508</b>					
Ametista	LEN 02/2011	Distribuidoras	121.764	161,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	LEN 02/2011	Distribuidoras	84.972	160,59	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetité	LEN 02/2011	Distribuidoras	125.268	160,86	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	LEN 02/2011	Distribuidoras	115.632	160,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	LEN 02/2011	Distribuidoras	42.924	162,72	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	LEN 02/2011	Distribuidoras	120.888	161,53	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	LEN 02/2011	Distribuidoras	103.368	161,39	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	LEN 02/2011	Distribuidoras	114.756	159,57	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra do Espinhaço	LEN 02/2011	Distribuidoras	77.964	158,93	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
<b>Subtotal</b>			<b>907.536</b>					
<b>Total</b>			<b>1.575.044</b>					

#### Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevantes ou contrações na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia e controladas, portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante nos resultados financeiros e nas operações da Companhia.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, a Companhia criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

A Companhia continuará a responder a essa crise global por meio de medidas abrangentes para proteger seus funcionários, cumprindo o papel vital de fornecer energia elétrica a nossos clientes. Embora existam restrições de permanência em casa na maioria dos locais em que operamos, as operações são consideradas essências e estão funcionando normalmente. A maioria de nossos pessoais administrativos e de gestão é capaz de trabalhar remotamente e não houve problemas significativos que afetam as operações ou a capacidade de manter controles internos eficazes e produzir informações confiáveis. Adicionalmente as obras para as construções do Complexo eólico Tucano estão dentro do cronograma esperado, demonstrando dessa forma que não houve impactos significativos decorrente da pandemia nos negócios da Companhia.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

---

Em 31 de maio de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis individual e consolidado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individual e consolidado foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individual e consolidado Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individual e consolidado estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Base de preparação e apresentação

#### Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individual e consolidado foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### 2.3 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

## 2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individual e consolidado foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## 2.5 Critérios de consolidação

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, adicionalmente as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e as controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2020	2019
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Pindaí, BA	100%	100%

### 3 POLÍTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS

---

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individual e consolidado, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### 3.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individual e consolidado, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individual e consolidado e apresentadas nas notas explicativas são: perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, impostos e valor justo de instrumentos financeiros.

#### 3.2 Novos pronunciamentos em vigor em 1º de janeiro de 2020

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas avaliaram seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis individual e consolidado. Estes novos pronunciamentos e alterações aos pronunciamentos já emitidos estão demonstrados abaixo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

#### 3.3 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2021:

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTO DE CURTO PRAZO

---

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior há três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e Equivalentes de caixa (numerário disponível)	900	1.065	5.380	10.045
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	79.191	43.049	300.878	141.737
<b>Total</b>	<b>80.091</b>	<b>44.114</b>	<b>306.258</b>	<b>151.782</b>

Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 96,63% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD). Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo.

O critério utilizado pela Companhia para constituir PECLD é de análise individual de contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não constituíram PECLD, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores.

Os saldos consolidados em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 66.567 (R\$ 61.010 em 31 de dezembro de 2019, são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias.

	Consolidado	
	2020	2019
<b>Circulante</b>		
LER 2010 - CCEE	11.616	10.803
LEN 2011 - Distribuidoras	15.686	15.695
LEN 2011 - Mercado de curto prazo	39.265	34.512
<b>Total</b>	<b>66.567</b>	<b>61.010</b>

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento é como segue:

	Consolidado					Saldo líquido de PECLD
	Saldos vincendos	Saldos vencidos				
		até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	
<b>Circulante</b>						
LER 2010 - CCEE	11.616	-	-	-	-	11.616
LEN 2011 - Distribuidoras	15.686	-	-	-	-	15.686
LEN 2011 - Mercado de curto prazo (i)	-	-	-	21.306	17.959	39.265
<b>Total</b>	<b>27.302</b>	-	-	<b>21.306</b>	<b>17.959</b>	<b>66.567</b>

- (i) As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos no mercado de curto prazo, principalmente devido à inadimplência do setor causada por liminares que impedem a liquidação financeira de valores impactados pelo GSF. Com base em uma avaliação das garantias, histórico de recebimentos e estimativa de recebimento futuro, incluindo riscos de crédito futuros, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

## 6 ESTOQUES

Os estoques são compostos principalmente por peças de reposição e materiais utilizados na manutenção do parque eólico, mensurados pelo seu custo de aquisição no reconhecimento inicial e avaliados com base no “preço médio de estoque”.

Quando um item do estoque é baixado, seja para o uso na manutenção do parque eólico ou para reposição de peças que compõem o ativo imobilizado, o seu custo é baixado, pelo “preço médio de estoque”, sendo a contrapartida lançada no resultado como custo de manutenção, ou no ativo imobilizado, em caso de reposição.

O saldo consolidado de estoques, em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 7.250 (R\$10.466 em 31 de dezembro de 2019).

## 7 TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>				
Saldo negativo de imposto de renda	-	3.245	-	3.391
Imposto de renda retido na fonte	193	127	564	301
Outros impostos compensáveis	-	-	258	287
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>3.372</b>	<b>822</b>	<b>3.979</b>

## 8 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b><u>CIRCULANTE</u></b>				
Reserva Serviço da dívida - Debêntures	-	7.513	-	7.513
	-	<b>7.513</b>	-	<b>7.513</b>
<b><u>NÃO CIRCULANTE</u></b>				
Reserva Serviço da dívida - Debêntures	57.127	55.971	57.167	55.971
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	19
	<b>57.127</b>	<b>55.971</b>	<b>57.167</b>	<b>55.990</b>
<b>Total</b>	<b>57.127</b>	<b>63.484</b>	<b>57.167</b>	<b>63.503</b>

Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações das escrituras de debêntures celebrados entre a Companhia e agente fiduciário, foi firmado o Contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios (“Contrato de Cessão”), administração de contas e outras avenças”, obrigando a Companhia a manter determinadas reservas em conta vinculada, durante todo o prazo de vigência do contrato de debentures, destinando-se ao pagamento das prestações de amortização de principal e dos acessórios.

A reserva debêntures deve possuir saldo equivalente a duas parcelas de serviço da dívida, paga semestralmente. Em 31 de dezembro de 2020, esses compromissos financeiros foram cumpridos. Cumprindo o fluxo de pagamento estabelecido em contrato, não foi necessário a classificação de reserva no curto prazo.

Os saldos dos recursos das contas reservas poderão ser aplicados em títulos públicos federais ou em fundos de investimento, ou Certificados de Depósito Bancário, desde que, em todos os casos, as aplicações possuam baixo risco e liquidez diária. No encerramento do ano de 2020 este saldo referia-se basicamente a aplicações financeiras a fundo de investimentos, com rentabilidade média de 96,63% do CDI.

## 9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 14) de suas controladas indiretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

A expectativa de realização dos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos firmados com a CCEE (nota explicativa nº 1).

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2020	2019	2020	2019
PIS diferido	629	321	435	26
COFINS diferida	2.902	1.484	2.006	120
IRPJ diferido	1.934	990	722	44
CSLL diferida	1.045	534	1.338	80
<b>Total</b>	<b>6.510</b>	<b>3.329</b>	<b>4.501</b>	<b>270</b>

Em 31 de Dezembro de 2020 a Controladora possuía R\$ 536.844 de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulados (R\$ 520.394 em 31 de dezembro de 2019), sendo que não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em função da ausência da expectativa de realização.

	Consolidado		
	Movimentação dos tributos diferidos		
	IRPJ/CSLL	PIS/COFINS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.400	1.659	3.059
Movimentação líquida	(481)	(569)	(1.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	919	1.090	2.009

## 10 INVESTIMENTOS

10.1 O quadro abaixo apresenta o investimento da Companhia:

	Controladora	
	2020	2019
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	1.070.327	979.270
<b>Total</b>	<b>1.070.327</b>	<b>979.270</b>

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do Passivo	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Centrais Eólicas da Prata S.A.	100%	101.402	23.579	71.171	6.652
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	100%	148.199	53.474	89.729	4.996
Centrais Eólicas Morrão S.A.	100%	131.238	29.576	92.517	9.145
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	100%	137.268	34.054	93.613	9.601
Centrais Eólicas Tanque S.A.	100%	125.998	24.737	92.235	9.026
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	100%	100.501	11.970	78.766	9.765
Centrais Eólicas Ametista S.A.	100%	110.854	54.488	54.009	2.357
Centrais Eólicas Borgo S.A.	100%	107.128	35.142	65.508	6.478
Centrais Eólicas Caetité S.A.	100%	153.868	46.683	96.515	10.670
Centrais Eólicas Dourados S.A.	100%	106.983	59.356	46.929	698
Centrais Eólicas Espigão S.A.	100%	56.825	22.584	32.479	1.762
Centrais Eólicas Maron S.A.	100%	116.711	39.356	71.371	5.984
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	100%	104.805	35.484	62.620	6.701
Centrais Eólicas Pilões S.A.	100%	106.240	36.277	67.006	2.957
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	100%	95.100	34.103	55.859	5.138
<b>Total</b>		<b>1.703.120</b>	<b>540.863</b>	<b>1.070.327</b>	<b>91.930</b>

## 10.2 A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2018	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos mínimos obrigatório	31/12/2019	Equivalência Patrimonial	Dividendos mínimos obrigatório	31/12/2020
Centrais Eólicas da Prata S.A.	56.281	-	8.381	(80)	64.582	6.652	(63)	71.171
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	79.906	40	4.881	(47)	84.780	4.996	(47)	89.729
Centrais Eólicas Morrão S.A.	70.169	50	13.366	(126)	83.459	9.145	(87)	92.517
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	73.856	-	10.345	(98)	84.103	9.601	(91)	93.613
Centrais Eólicas Tanque S.A.	71.443	30	11.934	(112)	83.295	9.026	(86)	92.235
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	59.171	-	10.016	(93)	69.094	9.765	(93)	78.766
Centrais Eólicas Ametista S.A.	48.760	-	2.940	(26)	51.674	2.357	(22)	54.009
Centrais Eólicas Borgo S.A.	48.109	100	10.992	(109)	59.092	6.478	(62)	65.508
Centrais Eólicas Caetitê S.A.	70.964	-	15.123	(142)	85.945	10.670	(100)	96.515
Centrais Eólicas Dourados S.A.	44.577	-	1.679	(18)	46.238	698	(7)	46.929
Centrais Eólicas Espigão S.A.	27.968	-	2.792	(26)	30.734	1.762	(17)	32.479
Centrais Eólicas Maron S.A.	60.873	-	4.615	(44)	65.444	5.984	(57)	71.371
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	47.814	-	8.249	(80)	55.983	6.701	(64)	62.620
Centrais Eólicas Pilões S.A.	60.317	380	3.412	(32)	64.077	2.957	(28)	67.006
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	45.637	-	5.181	(48)	50.770	5.138	(49)	55.859
<b>Total</b>	<b>865.845</b>	<b>600</b>	<b>113.906</b>	<b>(1.081)</b>	<b>979.270</b>	<b>91.930</b>	<b>(873)</b>	<b>1.070.327</b>

## 10.3 Composição dos dividendos a receber

<b>Dividendos a receber</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Centrais Eólicas da Prata S.A.	63	1.097
Centrais Eólicas dos Araças S.A.	47	46
Centrais Eólicas Morrão S.A.	87	3.176
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	91	1.826
Centrais Eólicas Tanque S.A.	86	113
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	93	2.651
Centrais Eólicas Ametista S.A.	22	22
Centrais Eólicas Borgo S.A.	62	104
Centrais Eólicas Caetité S.A.	100	163
Centrais Eólicas Dourados S.A.	7	2
Centrais Eólicas Espigão S.A.	17	27
Centrais Eólicas Maron S.A.	57	41
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	64	78
Centrais Eólicas Pilões S.A.	28	27
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	49	56
<b>Total</b>	<b>873</b>	<b>9.429</b>

## 11 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

- (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Controladora					
2020				2019	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,66%	528	(112)	416	434
<b>Total</b>		<b>528</b>	<b>(112)</b>	<b>416</b>	<b>434</b>

Consolidado					
2020				2019	
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,3%	52.103	(11.566)	40.537	43.583
Máquinas e equipamentos	3,6%	1.759.864	(456.343)	1.303.521	1.365.284
Equipamentos de informática, móveis e outros	6,4%	23	(13)	10	12
Terrenos	-	2.503	-	2.503	2.503
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>1.814.493</b>	<b>(467.922)</b>	<b>1.346.571</b>	<b>1.411.382</b>
Imobilizado em curso (i)		9.737	-	9.737	2.343
Direito de uso de terreno arrendado (iii)	3,66%	28.940	(2.095)	26.845	25.868
<b>Total</b>		<b>1.853.170</b>	<b>(470.017)</b>	<b>1.383.153</b>	<b>1.439.593</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.
- (ii) Entre os elementos que compõem o custo de cada item do imobilizado dos ativos eólicos, estão incluídos os custos de desmontagem, remoção e restauração do local no montante de R\$926. O custo de desativação de ativos, equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.
- (iii) A Companhia reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Companhia reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 27 anos, depreciados à taxa de 3,66% a.a.

## (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora												
	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial CPC06 (R2)	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferência	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Provisão Desmantelamento	Baixas	Transferências	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Em curso	91	-	-	-	-	(91)	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de terreno arrendado	-	498	-	-	-	-	498	30	-	-	-	-	-
<b>Subtotal imobilizado em curso</b>	<b>91</b>	<b>498</b>	-	-	-	<b>(91)</b>	<b>498</b>	<b>30</b>	-	-	-	-	<b>528</b>
Depreciação do direito de uso de terreno arrendado	-	-	(64)	-	-	-	(64)	(48)	-	-	-	-	(112)
<b>Total líquido</b>	<b>91</b>	<b>498</b>	<b>(64)</b>	-	-	<b>(91)</b>	<b>434</b>	<b>(18)</b>	-	-	-	-	<b>416</b>

  

	Consolidado												
	Saldos em 31 de dezembro de 2018	Adoção inicial CPC06 (R2)	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferência	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2019	Adições	Provisão Desmantelamento	Baixas	Transferências	Outras mutações	Saldos em 31 de dezembro de 2020
Edificações, obras civis e benfeitorias	53.101	-	-	-	-	-	53.101	-	-	-	(998)	-	52.103
Máquinas e equipamentos	1.728.453	-	-	-	14.892	-	1.743.345	-	10.052	(2.973)	9.440	-	1.759.864
Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	23
Terrenos	2.503	-	-	-	-	-	2.503	-	-	-	-	-	2.503
Em curso	10.418	-	6.908	-	(14.892)	(91)	2.343	11.378	-	-	(8.442)	4.458	9.737
Direito de uso de terreno arrendado	-	27.281	-	-	-	-	27.281	1.659	-	-	-	-	28.940
<b>Subtotal</b>	<b>1.794.498</b>	<b>27.281</b>	<b>6.908</b>	-	-	<b>(91)</b>	<b>1.828.596</b>	<b>13.037</b>	<b>10.052</b>	<b>(2.973)</b>	-	<b>4.458</b>	<b>1.853.170</b>
Depreciação	(303.938)	-	(83.036)	(616)	-	-	(387.590)	(80.567)	(637)	872	-	-	(467.922)
Depreciação do direito de uso de terreno arrendado	-	-	(1.413)	-	-	-	(1.413)	(682)	-	-	-	-	(2.095)
<b>Total líquido</b>	<b>1.490.560</b>	<b>27.281</b>	<b>(77.541)</b>	<b>(616)</b>	-	<b>(91)</b>	<b>1.439.593</b>	<b>(68.212)</b>	<b>9.415</b>	<b>(2.101)</b>	-	<b>4.458</b>	<b>1.383.153</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 12 FORNECEDORES

---

Os saldos de fornecedores no montante de R\$196 e de R\$355 na controladora, de R\$7.214 e R\$4.935 no consolidado, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 respectivamente, referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos de manutenção e de operação do parque eólico.

## 13 DEBÊNTURES

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

			Controladora							
			2020							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa Efetiva <sup>(i)</sup>	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a apropriar	Total	
<b>Debêntures</b>										
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	218	25.152	(197)	25.173	42.970	(788)	42.182	67.355
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série)	2025	IPCA + 7,87% aa	229	14.693	(187)	14.735	54.572	(751)	53.821	68.556
<b>Total da dívida</b>			<b>447</b>	<b>39.845</b>	<b>(384)</b>	<b>39.908</b>	<b>97.542</b>	<b>(1.539)</b>	<b>96.003</b>	<b>135.911</b>

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

13.2 A movimentação das debêntures é como segue:

		Controladora							
Moeda nacional	Saldo Inicial	Encargos financeiros	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Custos de transação	Apropriação dos custos de transação	Saldo Final	
Instituições Financeiras / Credores	31.12.2019							31.12.2020	
<b>Debêntures</b>									
Debêntures	166.143	12.123	6.584	(36.911)	(12.172)	(250)	394	135.911	
<b>Total</b>	<b>166.143</b>	<b>12.123</b>	<b>6.584</b>	<b>(36.911)</b>	<b>(12.172)</b>	<b>(250)</b>	<b>394</b>	<b>135.911</b>	

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 13.3 As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Companhia	Valor Ingresso	Data Emissão	Descrição	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
AES Tietê Eólica	146.000	15 de dezembro de 2014	Debênture Infraestrutura	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral	Semestral	68.340 69.494	Dezembro de 2025	Financiamento dos parques de Alto Sertão II

#### Debêntures de infraestrutura

Em 15 de novembro de 2014, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$146.000.

As Debêntures foram emitidas como debêntures de infraestrutura, tendo em vista o enquadramento dos empreendimentos como projetos prioritários, por meio das portarias expedidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos das Debêntures foram destinados ao LER 2010 e LEN 2011 com o objetivo de complementar o financiamento do BNDES, para aquisição de ativos.

As amortizações das debêntures de primeira e segunda série seguem o cronograma disposto na Escritura da Emissão, sendo que a amortização das debêntures da primeira série teve início em 15 de junho de 2015 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025 e a amortização das debêntures da segunda série tiveram início em 15 de dezembro de 2016 com parcelas semestrais e consecutivas até 15 de dezembro de 2025. O pagamento dos juros ocorre em parcelas semestrais, nos meses de junho e dezembro de cada ano.

#### Condições Restritivas

As dívidas emitidas pela Companhia contemplam cláusulas de condições restritivas, tais como restrição de distribuição de dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório:

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, a Companhia emitiu debênture de infraestrutura, a qual possui restrições de não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, acima de 25% do lucro líquido ajustado, salvo se expressamente autorizado pelos debenturistas reunidos em AGD, ou se atendidos os seguintes itens: (i) o acúmulo de R\$60.000 na “Conta Reserva Especial da Holding”; (ii) verificado o desempenho financeiro do projeto; (iii) preenchidas as contas reservas referentes ao serviço da dívida e a conta reserva de O&M; (iv) atingido o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo de 1,30; (v) adimplemento das empresas do grupo econômico perante o Sistema BNDES; e (vi) geração mínima consolidada das centrais geradoras eólicas de 1.430.475 MWh no período de doze meses imediatamente anteriores à distribuição pretendida.

Os financiamentos com debêntures estabelece que o índice ICSD = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida] devem ser maiores ou iguais a 1,3 a ser calculado ao final de cada exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o ICSD foi atendido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta restrição para distribuir dividendos acima do dividendo mínimo obrigatório, pois os itens (i) e (ii) acima não foram atendidos.

- 13.4 Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas ao principal das debêntures e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2020	40.293	(384)	39.909
2021	35.653	(384)	35.269
2022	23.076	(384)	22.692
2023	20.981	(384)	20.597
Após 2023	17.831	(387)	17.444
	<b>137.834</b>	<b>(1.923)</b>	<b>135.911</b>

## 14 CONTA DE RESSARCIMENTO - CCEE

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos.

Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010 e ao PLD para os parques do LEN 2011. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e o LEN 2011 em dezembro de 2019.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>CIRCULANTE</b>		
CCEE - LER 2010	281	18.372
Distribuidoras - LEN 2011	-	52.580
<b>Subtotal</b>	<b>281</b>	<b>70.952</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
CCEE - LER 2010	3.351	13.827
Distribuidoras - LEN 2011	-	11.959
<b>Subtotal</b>	<b>3.351</b>	<b>25.786</b>
<b>Total</b>	<b>3.632</b>	<b>96.738</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos ativos e passivos é como segue:

	Consolidado			
	Saldo inicial 31.12.2019	Provisão	Amortização	Saldo final 31.12.2020
CCEE - LER 2010	4.009	-	(377)	3.632
<b>Total ativo</b>	<b>4.009</b>	<b>-</b>	<b>(377)</b>	<b>3.632</b>
CCEE - LER 2010	12.763	19.436	-	32.199
Distribuidoras - LEN 2011	36.696	27.843	-	64.539
Renova Comercializadora - MCSD	468	-	(468)	-
<b>Total passivo</b>	<b>49.927</b>	<b>47.279</b>	<b>(468)</b>	<b>96.738</b>

## 15 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas optaram pelo método retrospectivo modificado para adoção inicial ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 11).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia e suas controladas consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor. A taxa de desconto reflete o custo de captação da Companhia. Além disso, foram considerados *spread* bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020	
	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>445</b>	<b>26.691</b>
Adoção inicial IFRS16/CPC06 (R2)	30	1.659
Encargos financeiros	54	3.102
Pagamento de principal	(82)	(3.026)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>447</b>	<b>28.426</b>

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

Fluxo futuro			
Controladora		Consolidado	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
2021	48	2021	304
<b>Subtotal</b>	<b>48</b>	<b>Subtotal</b>	<b>304</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2022	52	2022	334
2023	56	2023	367
2024	61	2024	404
2025	66	2025	443
2026	72	2026	487
Após 2026	92	Após 2026	26.087
<b>Subtotal</b>	<b>399</b>	<b>Subtotal</b>	<b>28.122</b>
<b>Total</b>	<b>447</b>	<b>Total</b>	<b>28.426</b>

## 16 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

### 16.1 Provisão para Custos Socioambientais

Em atendimento ao processo de licenciamento torna-se necessária a provisão do PRAD (Plano de recuperação das áreas degradadas). Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial do parque, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante o período de operação do parque, utilizando-se a taxa de 8,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2020 os saldos da rubrica “Provisão para custos socioambientais” é de R\$ 833.

## 17 PARTES RELACIONADAS

### Ações resgatáveis (controladas)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>				
Ações resgatáveis				
Controladas LER 2010	156.509	182.724	-	-
Controladas LEN 2011 (A-3)	302.740	346.557	-	-
	<b>459.249</b>	<b>529.281</b>	-	-
<b>Passivo</b>				
Ações resgatáveis				
Nova Energia Holding S.A. (Controladora)	31.689	31.689	31.689	31.689
Partes relacionadas				
Nova Energia Holding S.A. (Controladora)	-	854.409	-	854.409
	<b>31.689</b>	<b>886.098</b>	<b>31.689</b>	<b>886.098</b>

A movimentação dos resgates de ações é como segue:

<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2019</b>	<b>Resgates</b>	<b>2020</b>
Ações resgatáveis	<b>529.281</b>	<b>(70.032)</b>	<b>459.249</b>

A Companhia, com a interveniência de suas controladas diretas, obteve financiamento no valor total de R\$1.044.100 (contrato direto assinado em 4 de junho de 2014, no valor de R\$734.020 e o contrato de repasse assinado com o Banco do Brasil, no valor de R\$310.080). Neste contrato está previsto um plano para transferência de recursos entre as centrais eólicas e sua controladora, visto que as centrais eólicas são as efetivas geradoras de caixa e foram as beneficiadas diretas dos recursos liberados pelo BNDES, sendo que o pagamento das parcelas do financiamento é feito pela Companhia.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho de 2014 os acionistas deliberaram pela aprovação de um plano de resgate de ações com condições específicas, entre as centrais eólicas e sua Controladora Nova Energia Holding S.A para as devidas transferências estipuladas em contrato. Devido as características destas ações, a Administração concluiu que elas representam instrumento de dívida, desta forma, classificou os valores a pagar a Companhia no passivo não

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circulante das Controladas e no ativo não circulante da Controladora como partes relacionadas - ações resgatáveis.

Tais ações não estão sujeitas a juros ou correção monetária, porém como determinado na AGE supracitada o plano de resgate poderá ser alterado para os próximos exercícios.

Em abril de 2019, partes dos recursos utilizados para liquidação das dívidas antecipadas, foram recebidos da Controladora direta Nova Energia por meio de AFAC, no montante de R\$854.409, foram utilizados para os seguintes resgates antecipados: (i) financiamento com o BNDES, no valor total de R\$653.406; e (ii) financiamento mediante repasse do BNDES, realizado com o Banco do Brasil, no valor total de R\$245.475.

A remuneração da alta administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração da Controladora indireta AES Tietê Energia. A remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi paga pela AES Tietê.

## 18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 a Nova Energia Holding S.A, é a única acionista da Companhia, cujo capital social subscrito e integralizado e autorizado era de R\$1.348.868 (R\$ 494.459 em 31 de dezembro de 2019) representado por 600.866.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (600.866.844 em 31 de dezembro de 2019)

Em 2020 a Companhia aumentou o capital em R\$854.409, sem aumento nas quantidades de ações.

### Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei.

	2020	2019
<u>Reservas de lucro:</u>		
Reserva legal	6.937	3.242
Reserva de investimentos	60.968	60.968
	<u>67.905</u>	<u>64.210</u>

### Destinação do Lucro

De acordo com o estatuto social da Companhia, as importâncias apropriadas à reserva de lucros são determinadas como segue:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro líquido apurado será destinado sucessivamente e nesta ordem, observando o disposto no Capítulo XVI da Lei das S.A.:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, em cada exercício, 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal;
- O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em assembleia geral ou pelo órgão competente, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela AGO.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.888	64.830
Absorção do prejuízo	-	-
Constituição de reserva legal (5%)	(3.695)	(3.242)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	70.193	61.588
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	(702)	(620)
Dividendos adicionais propostos	(69.491)	-
Reserva de investimento	-	60.968

#### Lucro por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.888	64.830
<u>Lucro por ação básico:</u>		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	600.867	600.867
Lucro por ação básico (em R\$)	0,123	0,108

#### Dividendos declarados

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de dividendos declarados consignados nas demonstrações contábeis individual e consolidado da Companhia é referente à dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 702.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita de venda de energia conforme a energia é entregue ao cliente, sendo o recebimento da contraprestação considerado provável.

	Consolidado			
	2020		2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<b>Geração própria e outras:</b>				
<b>Receita fonte eólica</b>				
LER 2010 - CCEE	666.357	139.149	646.548	131.985
LEN 2011 - Distribuidoras	1.239.032	181.027	888.022	137.152
Ressarcimento de energia	(267.829)	(47.657)	(46.867)	(7.479)
<b>Mercado de curto prazo</b>				
SPOT	-	-	49.676	12.595
Outros	-	3.806	-	8.942
Partes relacionadas	48.002	7.727	10.157	1.567
Outras receitas	-	5	-	10
<b>Receita operacional bruta - consolidado</b>	<b>1.685.562</b>	<b>284.057</b>	<b>1.547.536</b>	<b>284.772</b>
<b>Deduções fonte eólica</b>				
PIS	-	(2.195)	-	(1.744)
COFINS	-	(10.131)	-	(8.049)
ICMS	-	(6.610)	-	(3.303)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>1.685.562</b>	<b>265.121</b>	<b>1.547.536</b>	<b>271.676</b>

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada (“conta de ressarcimento”) com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação, conforme descrito na nota explicativa nº 14

## 20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receitas Financeiras</b>				
Rendas de aplicações financeiras	2.983	5.450	7.061	6.677
PIS e COFINS sobre receita financeira	(137)	(263)	(137)	(263)
Outras receitas financeiras	90	13	7.355	173
<b>Total</b>	<b>2.936</b>	<b>5.200</b>	<b>14.279</b>	<b>6.587</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(12.123)	(37.992)	(12.123)	(37.992)
Atualização monetária de debêntures	(6.584)	(7.336)	(6.584)	(7.336)
Multas	-	-	(262)	(349)
Arrendamentos	(55)	-	(3.102)	-
Outras	(426)	(5.507)	(1.077)	(8.773)
<b>Total</b>	<b>(19.188)</b>	<b>(50.835)</b>	<b>(23.148)</b>	<b>(54.450)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(16.252)</b>	<b>(45.635)</b>	<b>(8.869)</b>	<b>(47.863)</b>

## 21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e as controladas com base no lucro presumido. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada (nota explicativa nº 14) de suas controladas indiretas. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

	2020		2019		2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>								
<b>Na rubrica de tributos:</b>								
Corrente	-	-	-	-	(7.134)	(3.857)	(6.516)	(3.111)
Diferidos	-	-	-	-	(312)	(168)	150	81
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.446)</b>	<b>(4.025)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>(3.030)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos:</b>								
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>73.888</b>	<b>73.888</b>	<b>64.830</b>	<b>64.830</b>	<b>85.359</b>	<b>85.359</b>	<b>74.226</b>	<b>74.226</b>
<b>Adições (exclusões):</b>								
Resultado de equivalência patrimonial	(91.928)	(91.928)	(113.906)	(113.906)	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(72.336)	(58.682)	(96.448)	(89.522)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	18.040	18.040	49.076	49.076	18.040	18.040	49.076	49.076
Outras	-	-	-	-	-	-	(112)	(112)
<b>Total das adições (exclusões)</b>	<b>(73.888)</b>	<b>(73.888)</b>	<b>(64.830)</b>	<b>(64.830)</b>	<b>(54.296)</b>	<b>(40.642)</b>	<b>(47.484)</b>	<b>(40.558)</b>
<b>Resultado ajustado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>31.063</b>	<b>44.717</b>	<b>26.742</b>	<b>33.668</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
<b>Tributos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.766)</b>	<b>(4.025)</b>	<b>(6.686)</b>	<b>(3.030)</b>
Outros	-	-	-	-	320	-	320	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7.446)</b>	<b>(4.025)</b>	<b>(6.366)</b>	<b>(3.030)</b>
Alíquota efetiva	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,7%	4,7%	8,6%	4,1%

## 22 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado			
	2020		2019	
	MWh	R\$	MWh	R\$
<b>Custo de produção e operação de energia</b>				
Contratos bilaterais	147.525	(19.036)	-	-
Contratos com partes relacionadas	103.092	(7.726)	30.513	(4.514)
Mercado de curto prazo				
SPOT	-	(133)	-	-
Outros	-	(108)	-	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	(16.513)	-	(15.871)
Taxa de fiscalização ANEEL	-	(1.362)	-	(1.349)
<b>Subtotal</b>	<b>250.617</b>	<b>(44.878)</b>	<b>30.513</b>	<b>(21.734)</b>
<b>Custo da operação</b>				
Serviços de terceiros	-	(32.651)	-	(40.734)
Material	-	(7.817)	-	(281)
Depreciação e amortização	-	(82.173)	-	(85.079)
Seguros	-	(1.771)	-	(1.286)
Arrendamentos e aluguéis	-	(279)	-	(3)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(407)	-	-
Outros custos operacionais	-	(252)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>(125.350)</b>	<b>-</b>	<b>(127.383)</b>
<b>Total</b>	<b>250.617</b>	<b>(170.228)</b>	<b>30.513</b>	<b>(149.117)</b>

## 23 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

	Notas	Consolidado				Categoria
		2020		2019		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (numerários disponíveis)	4	5.380	5.380	10.045	10.045	Custo amortizado
investimento de curto prazo (i)	4	300.878	300.878	141.737	141.737	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5	66.567	66.567	61.010	61.010	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	8	57.167	57.167	63.503	63.503	Custo amortizado
Partes relacionadas - ações resgatáveis	17	459.249	459.249	529.281	529.281	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>889.241</b>	<b>889.241</b>	<b>805.576</b>	<b>805.576</b>	
<b>PASSIVO (circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	12	7.214	7.214	4.935	4.935	Custo amortizado
Debêntures	13	135.911	137.834	166.143	166.143	Custo amortizado
Partes relacionadas - ações resgatáveis	17	31.689	31.689	886.098	886.098	Custo amortizado
Dividendos a pagar	18	702	702	616	616	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	15	28.426	28.426	26.691	26.691	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>203.942</b>	<b>205.865</b>	<b>1.084.483</b>	<b>1.084.483</b>	

#### (i) Mensuração do valor justo de nível 2.

A mensuração dos instrumentos financeiros, demonstrada na nota acima está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado. Considera-se Nível 2 quando se utiliza outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Nível 1 - Preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observados.

Nível 3- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### 23.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia e suas controladas contam com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A área de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

Ética e Compliance

A Companhia e suas controladas estão comprometidas em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

As vendas realizadas no ambiente regulado possuem como garantia os recebíveis da parte contratante, os quais são firmados por meio de contratos de constituição de garantias.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5.380	10.045
Contas a receber de clientes (nota nº 5)	66.567	61.010
<b>Total</b>	<b>71.947</b>	<b>71.055</b>

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Consolidado	
	2020	2019
Debêntures (nota nº 13)	135.911	166.143
Caixa e equivalentes de caixa	(5.380)	(10.045)
Investimentos de curto prazo	(300.878)	(141.737)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(170.347)</b>	<b>14.361</b>
Patrimônio líquido	1.503.212	575.617
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>-11,33%</b>	<b>2,49%</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 13.

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	7.214	-	-	-	-
Debêntures	-	39.908	35.269	60.734	-
<b>Total</b>	<b>7.214</b>	<b>39.908</b>	<b>35.269</b>	<b>60.734</b>	<b>-</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2020.

### (b.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

#### Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2020 é:

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.380
Investimentos de curto prazo	300.878
Debêntures (nota nº 13)	135.911
<b>Total</b>	<b>442.169</b>

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e TJLP, não contemplam os saldos de custos a amortizar.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros e moeda estrangeira

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos, nas dívidas e nas opções de compra aos quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

#### Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures, empréstimos e financiamentos.

Dívidas	Risco	Posição em 31.12.2020	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,03%	3,05%	4,06%	5,08%	6,10%
Debêntures - 1ª Emissão (1ª Série)	IPCA	(66.370)	(6.501)	(7.229)	(7.953)	(8.679)	(9.407)
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série)	IPCA	(67.618)	(6.802)	(7.546)	(8.286)	(9.027)	(9.771)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(13.303)</b>	<b>(14.775)</b>	<b>(16.239)</b>	<b>(17.706)</b>	<b>(19.178)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(13.303)</b>	<b>(14.775)</b>	<b>(16.239)</b>	<b>(17.706)</b>	<b>(19.178)</b>

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu os termos dos covenants (vide nota explicativa nº 13).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seus contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(c.2) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

(c.3) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico AES, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.4) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia e suas controladas. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia e suas controladas. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia e suas controladas terão condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas.

## 24 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2020	Consolidado						
	2021	2022	2023	2024	2025	Após 2025	Total
Contribuição CCEE	133	133	133	133	133	2.721	3.386
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	1.181	1.181	1.181	1.181	1.181	24.212	30.117
Manutenção de usinas	35.468	31.742	31.679	-	-	-	98.889
Arrendamento	2.773	2.773	2.773	2.773	2.773	61.013	74.878
Encargo de conexão	1.230	1.230	1.230	1.230	1.230	30.025	36.175
Contrato de uso de transmissão (CUST)	14.901	14.901	14.901	14.901	14.901	363.843	438.348
<b>Total</b>	<b>55.686</b>	<b>51.960</b>	<b>51.897</b>	<b>20.218</b>	<b>20.218</b>	<b>481.814</b>	<b>681.793</b>

## 25 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de desmantelamento	-	-	10.052	-
Aumento de capital com AFAC	854.409	-	854.409	-
Direito de uso do terreno arrendado	30	498	1.659	27.281
Dividendos declarados	702	616	702	616
Estoques	-	-	4.458	-
Outros créditos	-	91	-	131

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi  
Diretora Presidente

Anderson de Oliveira  
Diretor Vice-Presidente

Pedro Vitagliano Teixeira  
Gerente Controladoria

Hugo Satoru Nagae  
CRC 1SP329701/O-6